

IC - Inquérito Civil n. 06.2021.00004027-0

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e **GILSON CESCO VITORETTI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 898.105.549-15 e no RG n. 3.201.497, residente e domiciliado na Rua José Botega, n. 288, apartamento 102, Bairro São Cristóvão, Tubarão/SC, advertido de seus direitos constitucionais, observadas as disposições do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e dos arts. 25 e seguintes do Ato 395/2018/PGJ, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal).

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, §3º, da Constituição Federal, *as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;*

CONSIDERANDO as informações apuradas no Inquérito Civil n. 06.2021.00004027-0, indicando que Gilson Cesca Vitoretti promoveu a construção de dois açudes em sua propriedade, situada na Rua Lucas Alves de Souza, Bairro São Cristóvão, em Tubarão, com a finalidade de desenvolver a atividade de piscicultura;

CONSIDERANDO que as obras foram realizadas sem o devido licenciamento ambiental, com infração ao disposto no artigo 66 do Decreto Federal n. 6.514/2008;

CONSIDERANDO que a foi lavrado, pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Tubarão, o Auto de Imposição de Penalidade n. 0994 em desfavor de Gilson Cesca Vitoretti, pela construção de açude sem licença do órgão ambiental competente¹;

CONSIDERANDO que Gilson Cesca Vitoretti deu início ao procedimento para obtenção de autorização ambiental para a atividade de produção de peixes em viveiros, e que o processo encontra-se em tramitação na Fundação Municipal de Meio Ambiente de Tubarão desde março/2022,

RESOLVEM

Firmar o presente Termo de Ajustamento de Condutas, nos seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O Termo de Ajustamento de Condutas tem por objeto o fato referente à construção de dois corpos d'água para desenvolvimento da atividade de piscicultura, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Imposição de Penalidade

¹ Relatório de Fiscalização n. 036/2021 - FUNAT

lavrado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Tubarão.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: O COMPROMISSÁRIO obriga-se a obter a licença ambiental para a atividade de piscicultura no prazo de 1 (um) ano a contar da assinatura do presente acordo, bem como ao atendimento das demais condicionantes do órgão ambiental municipal.

3 DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 3ª: Havendo o descumprimento, no prazo assinalado, das obrigações constantes da cláusula segunda, o Compromissário ficará obrigado ao pagamento da multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), que será revertida em favor do Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados – FRBL, além da possibilidade da judicialização da execução da obrigação de fazer, com fixação de multa pelo juízo competente.

Parágrafo 1º: os valores pactuados como multas previstas pelo descumprimento serão atualizados monetariamente pelos índices da Corregedoria Geral da Justiça² e juros moratórios de 1% ao mês para fins de protesto, execução judicial e/ou pagamento fora do prazo. Como dia inicial da mora e para aplicação dos índices de correção e juros, será considerado o primeiro dia após o vencimento dos prazos pactuados nas cláusulas ou, quando houver, da notificação expedida pelo Ministério Público e não atendida, solicitando a comprovação do cumprimento das obrigações.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 4ª: O Ministério Público Estadual compromete-se a

² <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/atualizacao-monetaria>

não adotar nenhuma medida judicial de natureza cível contra o compromissário, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de condutas;

Cláusula 5ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85.

Tubarão, 12 de dezembro de 2022.

[assinado digitalmente]

FERNANDA BROERING DUTRA

Promotora de Justiça

GILSON CESCA VITORETI

Compromissário